



**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE
PERUÍBE**

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RELATÓRIO FINAL XIV CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERUÍBE

2026





Sumário

Sumário.....	2
1. APRESENTAÇÃO	3
2. ABERTURA.....	3
3. PALESTRA MAGNA	3
4. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS.....	4
5. DELIBERAÇÕES	4
A. Eixo I	4
B. Eixo II.....	5
C. Eixo III.....	5
D. Eixo IV	6
6. PLENÁRIA FINAL.....	8
7. ELEIÇÃO DOS DELEGADOS	8
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	9



1. APRESENTAÇÃO

A XIV Conferência Municipal de Saúde de Peruíbe foi realizada no dia 04 de julho de 2026, na EMEF Prof.^a Terezinha Rodrigues Kalil, reunindo representantes dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, trabalhadores da saúde, gestores, prestadores de serviços e representantes da sociedade civil.

Convocada pelo Conselho Municipal de Saúde de Peruíbe, a Conferência constituiu importante espaço democrático de participação social, tendo como objetivo avaliar a situação da saúde no município e deliberar diretrizes para subsidiar a formulação das políticas públicas de saúde nas esferas municipal, estadual e nacional.

A Conferência teve como tema:

"Saúde, Democracia, Soberania e SUS: Cuidar do Povo é Cuidar do Brasil".

2. ABERTURA

A solenidade de abertura foi conduzida pelo cerimonial oficial e contou com a presença das seguintes autoridades:

- Gilmário Lima de Andrade – Presidente do Conselho Municipal de Saúde;
- Paolo Bianchi – Secretário Municipal de Saúde;
- Prof.^a Ana Caramonete – Vereadora, representando a Câmara Municipal de Peruíbe;
- Caroline Nascimento de Souza – Palestrante da Conferência.

Após a composição da mesa, foi declarada oficialmente aberta a XIV Conferência Municipal de Saúde de Peruíbe.

3. PALESTRA MAGNA

A palestra magna foi ministrada por Caroline Nascimento de Souza, abordando o tema central da Conferência:

"Saúde, Democracia, Soberania e SUS: Cuidar do Povo é Cuidar do Brasil".





Durante a exposição foram discutidos os desafios atuais do Sistema Único de Saúde, a importância do fortalecimento da participação social e do financiamento adequado das políticas públicas, bem como a necessidade de qualificação permanente da gestão e dos serviços de saúde.

4. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

Após a palestra, os participantes foram divididos em grupos de trabalho para discussão dos quatro eixos temáticos definidos para a 10ª Conferência Estadual de Saúde (SP) e a 18ª Conferência Nacional de Saúde.

Organizados a partir dos seguintes eixos:

- I. Democracia, saúde como direito e soberania nacional;
- II. Financiamento adequado e suficiente para o SUS, com base na justiça tributária e na sustentabilidade fiscal e social;
- III. Os desafios para o SUS na agenda nacional da defesa da vida e da saúde: emergências climáticas e justiça socioambiental;
- IV. Modelo de atenção e gestão, territórios integrados e cuidado integral.

Cada grupo promoveu debates, apresentou propostas e deliberou uma diretriz estadual e uma diretriz nacional, posteriormente submetidas à apreciação da Plenária Final.

Os trabalhos transcorreram de forma organizada, garantindo ampla participação dos diversos segmentos representados.

5. DELIBERAÇÕES

A. Eixo I

Democracia, saúde como direito e soberania nacional;

Diretriz Estadual

Fortalecer a educação em saúde por meio da formação de multiplicadores, garantindo que as informações sobre promoção da saúde, prevenção de doenças, direitos dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) e participação social sejam disseminadas de forma humanizada, acessível, culturalmente adequada e baseada em evidências, alcançando todos os territórios e as diferentes populações do Estado.

Diretriz Nacional





Fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da implementação de protocolos nacionais de atendimento humanizado, garantindo os direitos dos usuários e a valorização dos profissionais de saúde, com financiamento adequado para ações de promoção da saúde, prevenção de doenças, educação permanente, inovação, produção nacional de tecnologias em saúde e fortalecimento da participação social, assegurando o acesso universal, integral, equitativo e de qualidade em todo o território nacional.

B. Eixo II

Financiamento adequado e suficiente para o SUS, com base na justiça tributária e na sustentabilidade fiscal e social.

Diretriz Estadual

Fortalecer a gestão, a organização e a qualificação dos serviços de saúde por meio da implantação de protocolos assistenciais, da capacitação permanente de gestores e profissionais, da otimização dos recursos humanos, da melhoria da infraestrutura das unidades de saúde e da ampliação da qualidade e da oferta dos serviços prestados à população, garantindo maior eficiência na aplicação dos recursos públicos do SUS.

Diretriz Nacional

Instituir políticas nacionais voltadas ao financiamento sustentável do SUS, à valorização dos trabalhadores da saúde e à corresponsabilização dos usuários na utilização dos serviços públicos de saúde, promovendo educação permanente, planejamento, monitoramento de resultados, implantação de planos de carreira e campanhas de conscientização sobre o uso responsável dos recursos públicos, contribuindo para a sustentabilidade, eficiência e equidade do Sistema Único de Saúde.

C. Eixo III

Os desafios para o SUS na agenda nacional da defesa da vida e da saúde: emergências climáticas e justiça socioambiental

Diretriz Estadual

Fortalecer a atuação integrada e intersetorial do Estado na prevenção, preparação e resposta às emergências climáticas, por meio da implantação de Núcleos Estaduais Permanentes de Prevenção e Redução de Riscos e Danos, articulando a Secretaria Estadual de Saúde com as áreas de Assistência Social, Educação, Meio Ambiente, Planejamento Urbano e Segurança Pública, promovendo capacitação permanente, apoio técnico aos municípios, integração das políticas ambientais e de saúde e fortalecimento da capacidade de resposta da rede SUS diante de eventos climáticos extremos.





Diretriz Nacional

Instituir uma Política Nacional Permanente de Prevenção, Preparação e Resposta às Emergências Climáticas no âmbito do Sistema Único de Saúde, com criação de um Núcleo Nacional Intersetorial e Integrado de Gestão de Riscos e Danos, garantindo financiamento, diretrizes técnicas, articulação entre os entes federativos, integração do SUS às políticas ambientais e fortalecimento das ações de vigilância, prevenção e assistência às populações afetadas por eventos climáticos extremos.

D. Eixo IV

Modelo de atenção e gestão, territórios integrados e cuidado integral.

Diretriz Estadual

Integração Ensino-Serviço e Inovação Digital para Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde.

Instituir uma política estadual permanente de integração entre ensino e serviço para o fortalecimento da Atenção Primária à Saúde (APS), por meio da realização sistemática de discussões clínicas de casos, teleconsultorias, matriciamento, apoio técnico e educação permanente entre as equipes da APS, os serviços especializados e as universidades públicas do Estado, qualificando os processos de referência e contrarreferência no SUS.

Implantar a TeleAPS 24 horas, integrada à rede estadual do SUS, com oferta de teleconsultorias, telemedicina e suporte técnico permanente às equipes da APS, ampliando o acesso da população a consultas com especialistas por meio de cooperação técnica com universidades públicas e programas de residência.

Implantar uma Central Inteligente de Acesso ao SUS, por meio de aplicativo e outros canais digitais, com participação de médicos e enfermeiros reguladores, para oferecer orientação clínica inicial, classificação de risco, agendamento direto na Unidade de Saúde da Família (USF) quando indicado, renovação de receitas nas situações previstas pelos conselhos profissionais e protocolos vigentes, além de encaminhamento regulado para UPA ou atenção especializada quando necessário.

Por que esta proposta?

A integração permanente entre os serviços de saúde e as instituições de ensino fortalece a capacidade resolutiva da Atenção Primária, promove educação permanente baseada





nas necessidades reais dos territórios e amplia o suporte clínico às equipes, reduzindo encaminhamentos desnecessários e qualificando a coordenação do cuidado.

A incorporação da TeleAPS e da telemedicina amplia o acesso da população aos serviços de saúde, especialmente em regiões com escassez de especialistas, reduzindo o tempo de espera, qualificando a regulação assistencial e fortalecendo a continuidade do cuidado.

A criação de uma Central Inteligente de Acesso ao SUS moderniza o acesso aos serviços, orienta o usuário para o ponto de atenção mais adequado, otimiza o fluxo assistencial, diminui filas e deslocamentos desnecessários e fortalece a integração entre a Atenção Primária, a urgência e a atenção especializada, tornando o sistema mais eficiente, resolutivo e centrado nas necessidades da população.

Diretriz Nacional

Implantação do Prontuário Eletrônico Unificado Nacional

Implantar um Prontuário Eletrônico Unificado em âmbito nacional, integrado entre todos os serviços da Rede de Atenção à Saúde do SUS e a saúde suplementar, garantindo acesso seguro, autorizado e em conformidade com a legislação de proteção de dados ao histórico clínico do paciente em qualquer ponto de atendimento.

O sistema deverá contemplar também o controle integrado de medicamentos, permitindo o acompanhamento das prescrições, da dispensação e da utilização, evitando duplicidades, reduzindo desperdícios, fortalecendo a segurança do paciente e qualificando a assistência farmacêutica.

Por que esta proposta?

A implantação de um Prontuário Eletrônico Unificado Nacional fortalecerá a Atenção Primária à Saúde (APS) como coordenadora da Rede de Atenção à Saúde, permitindo que as equipes acompanhem a trajetória completa do usuário em todos os níveis de atenção.

O acesso integrado às informações sobre consultas, exames, internações, vacinas, atendimentos especializados e medicamentos garantirá maior continuidade do cuidado, reduzirá a fragmentação da assistência, evitará a repetição desnecessária de exames e procedimentos e qualificará a tomada de decisão clínica.

A integração do controle de medicamentos promoverá o uso racional, reduzirá erros de prescrição, interações medicamentosas, desperdícios e duplicidades, aumentando a





segurança do paciente e a eficiência da assistência, especialmente para pessoas com doenças crônicas e usuários com múltiplos tratamentos.

Essa diretriz contribuirá para um SUS mais integrado, resolutivo, eficiente, seguro e centrado nas necessidades da população, fortalecendo a coordenação do cuidado pela APS e a integração entre todos os pontos da Rede de Atenção à Saúde em todo o território nacional.

6. PLENÁRIA FINAL

As diretrizes elaboradas pelos grupos de trabalho foram apresentadas à Plenária Final, debatidas e aprovadas pelos participantes da Conferência, passando a integrar o conjunto de deliberações da XIV Conferência Municipal de Saúde de Peruíbe.

7. ELEIÇÃO DOS DELEGADOS

Na etapa final da Conferência foi realizada a eleição dos delegados que representarão o Município de Peruíbe na 10ª Conferência Estadual e a 18ª Conferência Nacional de Saúde, conforme os critérios estabelecidos no Regimento Interno.

Segmento dos usuários:

Gilmário Lima de Andrade – Titular

Neila Késia de Souza – Titular

Sandra Cristina Barbosa – Titular

Julieta Soares Proti – Suplente

Silvia Lima – Titular

Taynara Roberta Barbosa - Suplente

Jorge Luiz Nunes Florindo – Titular

Segmento dos trabalhadores:

Caroline Nascimento Souza – Titular

Adriano Delarissa – Suplente

Jaqueline Marques Santos Antunes – Titular

Lourdes Marina Fermino - Suplente

Segmento da gestão:

Ana Lúcia Perroti Adam – Titular

Bruno Amarante Picolli - Suplente

Ana Paula Cardoso – Titular





8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A XIV Conferência Municipal de Saúde de Peruíbe consolidou-se como um importante espaço de diálogo, participação popular e fortalecimento do controle social do Sistema Único de Saúde.

As discussões realizadas permitiram a construção coletiva de propostas voltadas ao aprimoramento da gestão, da atenção à saúde e da participação social, reafirmando o compromisso do Conselho Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde e da sociedade civil com a defesa de um SUS público, universal, integral e de qualidade.

As diretrizes aprovadas serão encaminhadas para as etapas subsequentes da Conferência Nacional de Saúde, contribuindo para a formulação das políticas públicas de saúde em âmbito estadual e nacional.

Peruíbe, julho de 2026.

COMISSÃO ORGANIZADORA

Ana Lúcia Perrotti Adam
Jaqueline da Silva Gama
Lourdes Marina Firmino
Silvana Souza da Silva

EQUIPE DE APOIO

Gilmário Lima de Andrade
Jorge Luiz Nunes Florindo
Neila Késia de Souza
Sandra Cristina Barbosa

XIV CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERUÍBE

